



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO – CEDUC
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA**

MYKAELLEM COELHO PEREIRA CORREIA CHAVES

PRÁTICAS EDUCATIVAS E ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO

CAMPINA GRANDE – PB
2014

MYKAELLEM COÊLHO PEREIRA CORREIA CHAVES

PRÁTICAS EDUCATIVAS E ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia.

Orientador(a): Prof^a. Dra. Almira Lins de Medeiros

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

C512p Chaves, Mykaellem Coelho Pereira Correia
Práticas educativas e envelhecimento da população
[manuscrito] / Mykaellem Coelho Pereira Correia Chaves. - 2014.
26 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2014.
"Orientação: Profa. Dra. Almira Lins de Medeiros,
Departamento de Educação".

1. Prática Educativa 2. Educação Gerontológica 3.
Envelhecimento Populacional I. Título.

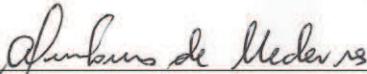
21. ed. CDD 370

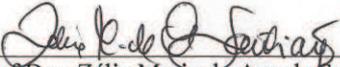
MYKAELLEM COELHO PEREIRA CORREIA CHAVES

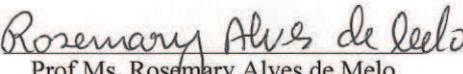
PRÁTICAS EDUCATIVAS E ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia.

Aprovada em 05/12/2014


Prof.ª Dra. Almira Lins de Medeiros
Orientadora


Prof.ª Dra. Zélia Maria de Arruda Santiago
Examinadora


Prof.ª Ms. Rosemary Alves de Melo
Examinadora

Média: 10,0

Dedico este trabalho aos meus pais, Sinésio e Alysgardênia, que têm me proporcionado as mais diversas oportunidades de aprender e crescer como ser humano. Aos meus irmãos Merielle e Roniellison. Aos meus avós Aguinaldo e Onilda. Ao meu esposo Etvaldo Júnior e ao meu filho Emanuel, por compartilharem comigo esta conquista.

AGRADECIMENTOS

No decorrer deste curso, foram muitas as contribuições dos meus familiares e amigos. Desta forma, não é fácil encontrar palavras para agradecer a todos.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, pelo dom da vida, pela força e coragem durante toda esta longa caminhada e por estar presente em todos os momentos de minha vida.

Aos meus amados pais Alysgardênia e Sinésio, pelo carinho e incentivo dado, pela educação e oportunidade de estudar e acreditar em minha potencialidade.

Aos meus avós que sempre ajudaram na minha criação, e pelos incentivos e palavras de carinho sempre que foi preciso.

Aos meus irmãos a quem amo e admiro, Merielle e Roniellison, por me incentivarem a não desistir do longo percurso.

Ao meu esposo querido, Etvaldo Júnior, por ser um homem presente, e pelo apoio e entendimento nas horas de sufoco.

Ao meu filho, Emanuel, motivo de todo meu esforço e dedicação.

À minha sogra Sandra, por ter cuidado do meu filho quando precisei estar ausente e por fazer parte desse sonho.

Às minhas cunhadas Karolayne e Rita de Kássia por todo incentivo.

A todos os professores do Curso que foram tão importantes na minha vida acadêmica, em especial a Professora Almira por toda compreensão e dedicação.

À turma 2010.1, que, apesar de ter convivido pouco tempo, foi o suficiente para ter feito grandes amizades, como a de Elisangela.

À turma de Pedagogia 2009.2 por ter me acolhido tão bem, em especial a Eugênia, Josicleide, Maricéu, Deise, Juliana, Ana Lúcia e Poliana.

À professora e orientadora Almira Lins pelos ensinamentos, paciência na orientação e incentivo para tornar possível a conclusão deste trabalho.

RESUMO

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa bibliográfica acerca da educação gerontológica voltada para a formação de atitudes de respeito às pessoas idosas. O objetivo principal desta pesquisa foi investigar como as Práticas Educativas têm sido utilizadas para equacionar o conjunto de problemas relativos ao envelhecimento da população. Como subsídio teórico, buscamos apoio em Alves e Viana (2010), Cachioni (2003;2004;2008;2011), Delors (1999), Morin (2000), Neri (2002), Zabala (1998), dentre outros. Nesse sentido, podemos identificar que a educação tem sido empregada como meio de realização do exercício de tutela da pessoa idosa, que objetiva a garantia de direitos; como via de modificação de suas condutas e ordenação das relações sociais; e também para a formação de profissionais de geriatria e gerontologia e de futuros idosos saudáveis/ativos. Apostamos nas práticas que buscam a compreensão da pessoa idosa como ser humano, práticas que visam a formação de atitudes de respeito ao outro, à pessoa idosa. Práticas educativas que favoreçam o envolvimento de indivíduos na busca da descoberta progressiva de si e do outro, que ensejem a reflexão sobre as próprias atitudes.

Palavras-chave: Práticas educativas. Envelhecimento. Formação de atitudes.

ABSTRACT

This work is the result of a bibliography research on the gerontological education focused on the formation of attitudes of respect for the elderly. The main objective of this research was to investigate how educational practices have been used to equate the set of problems related to the ageing population. The theoretical subsidy, it seek support in Alves and Viana (2010), Cachioni (2003; 2004; 2008; 2011), Delors (1999), Morin (2000), Neri (2002), Zabala (1998), among others. Therefore, we can identify that education has been used as a means of carrying out the protection of the elderly exercise which aims to guarantee rights; as a result of change their behavior and ordering of social relations; and also to the formation of geriatrics and gerontology professionals and healthy/active elderly in the future. We invest in practices that seek to understand the elderly as a human being, practices aimed at the formation of attitudes of respect to each other in the elderly. Educational practices that favor the involvement of individuals in the search for progressive discovery of oneself and other, to promote reflection on the attitudes.

Keywords: Educational practices. Aging. Forming attitudes.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. EDUCAÇÃO DE IDOSOS NOS MECANISMOS DE REGULAÇÃO SOCIAL.....	11
3. A EDUCAÇÃO GERONTOLÓGICA	15
3.1 A educação de pessoas idosas	16
3.2 A educação dos mais jovens	18
3.3 A educação voltada para a formação de recursos humanos	19
4. FORMAÇÃO DE ATITUDES DE RESPEITO AO IDOSO	20
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	23
6. REFERÊNCIAS	24

1.INTRODUÇÃO

Nascer, crescer, desenvolver, reproduzir, envelhecer e morrer, esta é uma imagem possível para o transcorrer da vida humana. Nesta perspectiva, a velhice aparece como a última imagem que criamos do ser humano. A última antes da morte. Seria, portanto, um limite, um limiar, antes do fim. Sendo assim, a busca por prolongar, ampliar, dilatar, o tempo de vida, por romper esse limite, parece sempre ter ocupado os sonhos e desejos humanos (DIAS, 2006).

Nos dias atuais, dados demográficos revelam um aumento da população idosa em todo o mundo. Segundo o IBGE, no Brasil em 1940, os idosos representavam 4% da população, já na pesquisa realizada em 2000 esse número subiu para 8,6% devido à diminuição tanto da mortalidade infantil, quanto da natalidade. A expectativa de vida também teve um grande aumento, passando de 61 anos em 1980 para 71, em 2000. Ainda segundo o IBGE, no ano de 2005, havia mais de 18 milhões de idosos, correspondendo assim a 10% da população.

Acredita-se que o envelhecimento é um fenômeno que veio para ficar e que nos próximos 50 anos tenderá a acelerar-se não só no Brasil, mas em todo o mundo. Dessa forma, a velhice acaba deixando de ser um problema de cada família e está se transformando em uma preocupação internacional dos governos.

Vivemos em uma sociedade capitalista, onde se observam grandes mudanças em relação aos valores, na qual o ser humano passa a ser julgado pela sua capacidade de produzir e de consumir, não considerando as experiências e os saberes construídos durante a vida. Isso acaba causando a perda da condição social do idoso e a sua marginalização, uma vez que os mesmos não têm como enfrentar uma competição com condições tão desiguais, pois há muito tempo encontram-se afastados desse processo de produção.

O envelhecimento acarreta inevitáveis problemas ao indivíduo. Com a aposentadoria vem a perda do seu papel no mercado de trabalho, por vezes essa perda se estende ao ambiente familiar. Ocorre isolamento social e cultural e/ou o afastamento da geração mais jovem. Como se não bastasse, as políticas direcionadas aos idosos não atendem de forma satisfatória às suas necessidades.

Nas sociedades mais simples e menos tecnificadas, os velhos eram considerados como um patrimônio, sendo venerados e respeitados por todos, já nos dias atuais, na sociedade em que vivemos, a velhice é interpretada como um misto de improdutividade e decadência, o que cria uma situação de preconceito e de desvalorização do idoso. Os idosos, por vezes, sentem que perderam o sentido da vida por não mais se encontrarem responsáveis pelos filhos, que agora são adultos independentes e nem ocuparem um posto no mercado de trabalho.

Devido ao acelerado processo de envelhecimento da população, bem como o aumento da expectativa de vida, estratégias de sociabilidade que permitam os idosos estabelecer novas relações sociais e distanciar-se do isolamento tornaram-se necessárias. Dentre estas estratégias, têm sido organizadas e desenvolvidas diferentes práticas educativas referidas ao processo de envelhecimento.

A educação encontra-se presente em todos os estágios da evolução humana, assumindo desde a forma primitiva, mais informal, até o modelo de educação ministrado na escola atual. Relacionada ao contexto político, econômico, científico e cultural de uma sociedade e do seu período histórico, forma seus membros em função de seus interesses. Não sendo a mesma em todos os lugares e tempos, mas está vinculada ao projeto de homem e de sociedade que se quer alcançar através do processo educativo. Encontrando-se assim, as práticas pedagógicas de acordo com as exigências dos diferentes contextos sociais.

No período do surgimento da escola enquanto instituição, a educação era vista como uma maneira de inculcar os bons costumes e virtuosidades presente no ideal de um cristão. A igreja, demonstrando *preocupação com a salvação das almas*, voltou-se para a educação das crianças, as quais seriam os cristãos, impondo uma religião. Nesse processo, havia a necessidade de que os indivíduos que pertenciam às classes menos favorecidas fossem condicionadas a viver de acordo com costumes que interessavam à elite. Os ensinamentos a que tivessem acesso deveriam ser por estes reproduzidos de modo que também se prestasse ao condicionamento das gerações futuras. A tarefa da escola estava em educar, transmitir os conteúdos e preparar o homem a ser civilizado, além de inculcar na grande massa os valores e normas da classe dominante, mostrando a função de cada um conforme sua classe de origem.

Com os avanços das forças produtivas, que vieram gerar uma nova cultura, centrada no conhecimento científico e tecnológico e também capitalista, novas exigências foram feitas à educação. As demandas apontavam para o desenvolvimento de práticas educativas que visassem dotar as pessoas de certos conhecimentos, capacidades, habilidades e valores,

capazes de atuar de maneira competitiva, produtiva e apresentassem desempenho eficiente e de qualidade.

Assim, ao longo da sua história, a escola passou a acumular diferentes funções sociais. Além de transmissão de conhecimentos, a ela foi atribuída a responsabilidade de socializar e de submeter indivíduos a ritos de passagem. Os problemas sociais surgidos levam a própria sociedade a refletir e repensar as funções, o papel e os usos da Educação. Certamente não é diferente em uma sociedade que envelhece a cada dia.

Em princípio, a educação de pessoas idosas não pode causar estranhamento, uma vez que se reconhece o processo educativo como contínuo, seja ele vivenciado na escola ou através das demais instituições sociais e agências educacionais responsáveis por realizá-la. Neste trabalho, nos perguntamos sobre como as Práticas Educativas têm sido utilizadas para equacionar o conjunto dos problemas relativos ao envelhecimento da população. Inicialmente, tecemos considerações sobre como a educação de idosos figura nos mecanismos de regulação. Em seguida, tratamos da educação gerontológica no que diz respeito às pessoas idosas, aos mais jovens e à formação de recursos humanos. Por fim, discorremos sobre a formação de atitudes de respeito ao idoso.

2. A EDUCAÇÃO DE IDOSOS NOS MECANISMOS DE REGULAÇÃO SOCIAL

Certamente, o desenvolvimento e a oferta de oportunidades educacionais que envolvam a pessoa idosa são um empreendimento de valor social referenciado a uma filosofia sobre a velhice e sobre a educação à velhice (ARRUDA, 2009).

Para atender à necessidade social, demandada pelo envelhecimento populacional, movimentos foram criados no intuito de introduzir as pessoas idosas em cursos técnico-profissionalizantes e em cursos livres em universidades, objetivando capacitar e reorientar essas pessoas para uma nova fase de suas vidas.

Os artigos 1 e 3 da Constituição Federal mostram que todo cidadão brasileiro, independentemente de cor, raça, sexo e idade possui seus direitos garantidos. E, em se tratando de Educação, o Art. 205 afirma que a *educação* é um direito de todos e dever do

Estado e da Família, devendo ser promovida e incentivada em conjunto com a sociedade de modo a preparar o indivíduo para o exercício da cidadania e qualificá-lo para o trabalho. (BRASIL, 1988).

No Art. 230 desta lei, estipula-se que a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida. (BRASIL, 1988). Para Braga (2005, *apud* CIELO; VAZ, 2009), quando falamos em direitos garantidos pela Constituição, ao se falar de idosos, o direito à vida vai além da longevidade, também refere-se a envelhecer com dignidade, respeito, proteção e inserção social.

A partir da promulgação da Constituição Federal, outras leis surgiram com o objetivo de consolidar os direitos dos idosos, já assegurados. Como, por exemplo, a Lei 8.842 de 4 de Janeiro de 1994, que estabelece a Política Nacional do Idoso e prevê ações governamentais nas áreas de promoção de assistência social, saúde, *educação*, trabalho e previdência social, habitação, urbanismo, justiça, cultura, esporte e lazer. A referida Lei tem por objetivo assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade (BRASIL, 1994).

O Art. 10 da Política Nacional do Idoso, que se refere à educação, afirma que os currículos, metodologias e materiais didáticos precisam estar adequados aos Programas destinados aos idosos, como também prevê o desenvolvimento de programas que adotem modalidades de ensino à distância, adequadas às condições do idoso e apoia a criação de Universidades Abertas para a Terceira Idade como meio de universalizar o acesso às diferentes formas do saber (BRASIL, 1994)

Entre as diretrizes que constituem a Política Nacional do Idoso, está aquela que determina a capacitação e a reciclagem dos recursos humanos nas áreas de geriatria e gerontologia e na prestação de serviços. Também se estabelecem mecanismos que favoreçam a divulgação de informações de caráter educativo sobre os aspectos biopsicossociais do envelhecimento (BRASIL, 1996).

No Art.3 da Lei 8.842, que regulamenta tal política, afirma-se que o processo de envelhecimento diz respeito à sociedade em geral, devendo ser objeto de estudo de todos. Já no Art.10, a lei assevera que devem ser inseridos nos currículos mínimos, nos diversos níveis

do ensino formal, conteúdos voltados para o processo de envelhecimento de forma a eliminar preconceitos e produzir conhecimento sobre o assunto(BRASIL, 1994).

O Estatuto do Idoso, Lei 10.741 de 01 de outubro de 2003, em seu Art.2 assegura a todos a oportunidade e facilidades para a preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral e intelectual, espiritual e social em condições de liberdade e dignidade. No Art. 3 afirma que é objetivo do Poder público garantir ao idoso o direito à vida, à saúde, à alimentação e à *educação* (BRASIL, 2008).

O Art. 9 assegura que é obrigação do Estado garantir à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade. Já no Art. 20 garante ao idoso a *educação*, cultura, lazer, diversão, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição(BRASIL, 2008).

Além dessas recomendações, de acordo com o Art.21, parágrafo 2, os idosos participarão das comemorações de caráter cívico ou cultural, para transmissão de conhecimentos e vivências às demais gerações, no sentido da preservação à memória e identidades culturais (BRASIL, 2008).

O Estatuto do Idoso, ainda, prevê a inserção de conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso nos currículos mínimos dos diversos níveis do ensino formal de forma a produzir conhecimentos sobre o tema e conseqüentemente eliminar preconceitos existentes (Art.22, BRASIL, 2008). Assim, corrobora o que já havia sido determinado na regulamentação da Política Nacional do Idoso.

Em seu Art. 25, também, discorre sobre a responsabilidade do Poder Público apoiar a criação de Universidade Aberta para as pessoas idosas, bem como incentivar a publicação de livros com conteúdo adequado ao idoso, facilitando, assim, a leitura, considerando a natural redução da capacidade visual (BRASIL, 2008).

No âmbito das normatizações, a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa tem por finalidade recuperar, manter e promover a autonomia e a independência dos indivíduos idosos, direcionando medidas coletivas e individuais de saúde. Apoiar o desenvolvimento de estudos e pesquisas que avaliem a qualidade e aprimorem a atenção de saúde à pessoa idosa,

ou seja, estudos que favoreçam a produção de conhecimento sobre o processo de envelhecimento. Uma vez que o envelhecimento da população é um fenômeno recente e faz-se necessário à aquisição de conhecimento sobre o tema. (BRASIL, 2006).

Ainda, na Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa, como em outras regulamentações já referidas, incentiva-se a inclusão nos currículos escolares de disciplinas que abordem o processo do envelhecimento, a desmistificação da Senescência, de seu entendimento como diferente, de doença ou de incapacidade. A valorização da pessoa idosa e a divulgação das medidas de promoção e prevenção de saúde em todas as idades.

Para além das planificações de âmbito nacional, como resultado de Assembleia promovida pelas Nações Unidas em abril de 2002, foi elaborado o Plano Internacional para o Envelhecimento. Este tem por objetivos garantir a igualdade de oportunidades durante toda a vida em se tratando de educação permanente, capacitação e reabilitação, como também a plena utilização dos conhecimentos das pessoas independentemente da idade, em questão valorizadas as experiências adquiridas com a idade.

Em seu quarto tema, que corresponde ao acesso à educação, ao conhecimento e à capacitação, o Plano Internacional mostra uma grande preocupação com os idosos do futuro, com a necessidade de que, desde a infância, sejam adquiridos os conhecimentos imprescindíveis a uma vida ativa e plena. Além dessa preocupação, defende a adoção de políticas públicas que garantam o acesso à educação e à capacitação durante todos os ciclos de vida, uma vez que a produtividade na velhice requer novos conhecimentos e atualização de forma que os idosos venham a se adequar aos requisitos e características do trabalho que deseja ingressar.

A educação de idosos pode, assim, ser entendida como um direito que é garantido na nossa lei maior e deve ter como objetivo não apenas prepará-los para que numa idade avançada tenham acesso ao mundo do trabalho, mas, especialmente, para exercer os seus direitos e deveres. Como mecanismo não apenas para assegurar direitos sociais aos idosos, mas para promover a sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade. Como meio para possam acessar as diferentes formas de saber e promover o seu aprimoramento intelectual e moral, adquirir conhecimentos imprescindíveis a uma vida ativa e plena, uma vez que se entende que a produtividade na velhice requer novos conhecimentos. A participação de

idosos em processos educacionais diz respeito, inclusive, à transmissão de conhecimentos e vivências às demais gerações, no sentido da preservação à memória e identidades culturais.

A educação que se refere ao envelhecimento não é direcionada apenas à pessoa idosa. O conhecimento sobre este processo é indicado para as diferentes fases da vida, seja como forma de preparar os futuros idosos para viver a velhice ou como maneira de combater os preconceitos sobre ela; ainda preparar recursos humanos para lidar com indivíduos que nela se encontram. Remete-se, também, à necessidade de se produzir conhecimentos sobre o próprio processo de envelhecimento.

3. A EDUCAÇÃO GERONTOLÓGICA

Diversos setores sociais e instituições de ensino têm se dedicado ao atendimento das necessidades dos idosos no que diz respeito à saúde, educação e participação social (ALVES; VIANNA, 2010). Instituições se dedicam ao atendimento das necessidades relativas à educação gerontológica apontadas nos documentos oficiais a que nos referimos anteriormente.

Para melhor compreensão dessas ações, esclarecemos que gerontologia significa o estudo da velhice, representa um campo multi e interdisciplinar que tem como objetivo descrever e explicar o processo de envelhecimento, as mudanças típicas dessa fase do desenvolvimento humano, seus determinantes genético-biológicos, psicológicos e socioculturais (NERI, 2002). A gerontologia além de ser um campo multidisciplinar, pode ser considerada também como um campo multiprofissional, pois abrange diversas áreas como a geriatria, a fisioterapia, a enfermagem, o serviço social, o direito, a psicologia clínica e a psicologia educacional, em que cada área possui seus saberes claramente delimitados com relação a sua contribuição à velhice (NERI, 2002).

Em se tratando de práticas educativas referenciadas ao processo de envelhecimento, é possível identificar várias modalidades e também denominações. A gerontologia educacional é um campo que se ocupa de investimentos na formação de capacidades, atitudes e habilidades dos idosos, cujo objetivo é o alcance da qualidade de vida. Guarda relação com a gerontologia social, com os fundamentos que regem as suas políticas e práticas, a exemplo: a defesa dos

direitos à cidadania pelos próprios idosos e à mudança de atitudes sociais em relação à velhice (NERI; CACHIONI, 1999).

A expressão gerontologia educacional foi usada pela primeira vez no ano de 1976, na Universidade de Michigan, por David Peterson, que a definiu "um campo de estudo e prática de métodos e técnicas de ensino, numa tentativa de integrar as instituições e processos de educação com o conhecimento do envelhecer e as necessidades do idoso" (CACHIONI, 1998,p.20). O autor classifica os conteúdos da gerontologia educacional em três áreas: A educação para os idosos, que são os programas educacionais que têm por objetivo atender às necessidades da população idosa, considerando as características desse grupo etário. A educação para que a população mais jovem reveja a percepção sobre a velhice e para os idosos reverem seu próprio processo de envelhecimento. E, a formação de recursos humanos para o trabalho com idosos que acontece por meio da capacitação técnica e da formação de pesquisadores (ARRUDA, 2009).

3.1 *A educação de pessoas idosas*

Entre os programas destinados a atender às necessidades da população idosa, encontram-se os que visam dotar os idosos de habilidades que deveriam ter sido desenvolvidas em outras fases de suas vidas. Porque vivemos em uma sociedade letrada, quem não saber ler, escrever e não domina certos usos da linguagem acaba de alguma maneira ficando excluído das relações sociais e muitos idosos enfrentaram grandes dificuldades, atualmente, porque na infância e juventude também as enfrentaram no que diz respeito ao acesso e permanência na escola. Os fatores que causaram o seu afastamento da sala de aula foram diversos e, assim, por diferentes caminhos tornaram-se indivíduos que vivenciam esse tipo de exclusão. O certo é que do total de analfabetos brasileiros, 45% (mais de 6 milhões) têm mais de 60 anos, num país em que 16,7% dos 13,4 milhões de analfabetos brasileiros têm entre 20 e 40 anos.

Os programas de alfabetização contribuem para a integração do idoso na sociedade, uma vez que pessoas que não sabem ler nem escrever, ou interpretar uma informação que recebem, possuem grande dificuldade em dominar seu processo de vida e de se relacionar socialmente. Oferecer a estes indivíduos oportunidades de obter e ampliar conhecimentos, nos diversos campos do saber, os qualifican nesse estágio do curso da vida, os asseguram a própria

cidadania (NÓBREGA, 2006); lhes fornecendo instrumentos que favorecem sua autonomia, independência e um envelhecimento ativo.

Uma outra necessidade tem se revelado. Estudos recentes mostram que cresce o número de pessoas que busca uma nova profissão após a aposentadoria. Com o aumento da longevidade, esta tem sido uma estratégia utilizada por permitir aos idosos, além de ganhos financeiros, estabelecer novas relações sociais e distanciar-se cada vez mais do isolamento. Posto que a qualidade de vida não depende apenas do indivíduo, que neste caso é o idoso, mas também de sua interação com os outros e com a sociedade (CACHIONI; FALCÃO, 2011). Considera-se a capacitação para o trabalho indispensável no alcance da boa produtividade dos trabalhadores. A performance profissional desejada na velhice requer atualizações, os idosos têm que se adequar aos requisitos dos postos de trabalho que pretendem assumir. Para atender a essa necessidade social, movimentos foram criados no intuito de introduzir as pessoas idosas em cursos técnico-profissionalizantes e em cursos livres em universidades, objetivando capacitar e reorientar estas pessoas para o ingresso no mercado de trabalho e para bem viver essa uma nova fase de suas vidas.

Scoralick-Lempke e Barbosa (2012) afirmam ser grande a procura por parte dos idosos de atividades educacionais em programas oferecidos em universidades, associações e sindicatos, em cursos de línguas, de formação profissional e de reciclagem, em sistemas de aprendizagem aberta e de formação à distância.

Cachioni (1998) destaca que a educação permanente abre novos horizontes e tem como um dos seus objetivos o desenvolvimento pessoal. Essa educação oferece condições para que os indivíduos possam expressar de maneira autônoma a sua forma de ser, para que buscando autenticidade venham a se relacionar melhor com os outros e com o mundo. Sendo vital para a continuidade do processo de desenvolvimento, para que idosos continuem ativos e participantes de suas comunidades (SCORALICK-LEMPKE; BARBOSA, 2012). Atendendo à necessidade que se tem de acompanhar as constantes evoluções da sociedade, o seu ritmo acelerado de mudanças permite que os idosos, adaptando-se aos novos tempos, continuem participativos. Contribuindo para que se supere a segregação e o isolamento deste segmento da população, bem como da negatividade estereotipada das pessoas idosas, prepara os indivíduos que vivem o processo de envelhecimento para assumir os papéis que lhes cabem e desafiar os preconceitos arraigados sobre a velhice. (OLIVEIRA, R; OLIVEIRA, F, 2007).

Essas características e objetivos, certamente, justificam a procura por parte dos idosos de atividades educacionais em programas oferecidos em universidades, associações e sindicatos, em cursos de línguas, de formação profissional e de reciclagem, em sistemas de aprendizagem aberta e de formação à distância (SCORALICK-LEMPKE; BARBOSA,2012).

A vontade de envelhecer de forma saudável, experimentar liberdade, melhorar os relacionamentos, faz com que os idosos procurem atividades que lhes proporcionem saúde, prazer e bem-estar. Não se trata apenas de se capacitar para voltar a trabalhar. Entre eles surge o desejo de estudar para ampliar seu nível cultural(BARBOSA; VALE;BOAS, 2009).Frequentam esses espaçospara aprender, muitas vezes em busca de atividades recreativas.

Programas de educação permanente, realizados em universidades, têm dado importância ao fenômeno do envelhecimento e à inclusão das pessoas idosas, propiciam adaptação social, aprendizado contínuo e oportunidades para buscar o seu bem-estar físico e mental. “Tirar os idosos do isolamento, propiciar-lhes saúde, energia e interesse pela vida e modificar sua imagem perante a sociedade foram, desde o início, os objetivos da Universidade da Terceira Idade [...]”. (CACHIONI, 2003, p. 48).

Tecendo considerações sobre os vários processos educacionais que têm por objetivo fazer com que os idosos revejam o seu próprio processo de envelhecimento, Medeiros(2013) reconhece que as Universidades Abertas da Maturidade desenvolvem práticas de convencimento que visam transformar a conduta do idoso, tendo em vista minimizar as demandas provenientes do envelhecimento da população, conseguir que os idosos superem os desafios advindos de seu processo de envelhecimento e se conduzam de acordo com as exigências da sociedade.

3.2 A educação dos mais jovens

Uma outra forma de educação relacionada ao processo de envelhecimento é a destinada a fazer com que os mais jovens revejam os seus conceitos sobre a velhice. De acordo com Alves e Viana (2010), essa forma de educação torna-se imprescindível para que a velhice seja aceita com serenidade por toda a população. Torna-se necessário um processo educativo iniciado na infância que facilite a compreensão do processo de envelhecimento e aceitação do

novo status do idoso. Uma de suas justificativas para esse tipo de educação é o entendimento de que uma boa qualidade de vida ao chegar à velhice depende da manutenção de um bom estado de saúde, de que o indivíduo, ainda na infância, aprenda a ter bons hábitos e que os cultive em todas as etapas de seu desenvolvimento.

Tornando-se necessário fazer compreender que o envelhecimento saudável está associado à preservação do potencial de desenvolvimento individual durante todo o curso da vida; que as nossas potencialidades podem ser otimizadas desde que haja equilíbrio entre elas e as limitações que nos são impostas. Fazer reconhecer que uma das intervenções que permitem essa otimização é o desenvolvimento de novas aprendizagens. Lembrar que a aquisição de novas aprendizagens tem sido destacada em vários estudos como estratégia auxiliar no bom funcionamento de indivíduos de idade avançada, no que diz respeito aos aspectos físico, psicológico e social (SCORALICK-LEMPKE; BARBOSA, 2012).

A educação pode se constituir como uma mediação para uma velhice bem sucedida, uma vez que se pode conscientizar crianças e jovens a adotar um estilo de vida mais saudável e como consequência alcançar uma velhice exitosa. Para que se possa alcançar esse objetivo, para além do ensino dos conteúdos acadêmicos, deve-se proporcionar o desenvolvimento de habilidades que favoreçam esse estilo de vida (ALVES; VIANA, 2010). A inclusão de componentes curriculares que abordem o processo de envelhecimento teria como objetivos a desmistificação da senescência – do conhecimento de que esta não significa doença ou incapacidade; a divulgação de medidas de promoção de saúde e prevenção de doenças em todas as faixas etárias; e, a valorização da pessoa idosa.

3.3 A educação voltada para a formação de recursos humanos

No trato com as pessoas idosas, é exigido que os profissionais envolvidos apresentem condições adequadas para atender aos interesses e necessidades desses indivíduos (BARBOSA; VALE; BOAS, 2009). A formação de recursos humanos em gerontologia guarda relação direta com a qualidade de vida na velhice, uma vez que capacita profissionais que contribuem para a manutenção das condições físicas e competências comportamentais do idoso. Variáveis que juntamente com as condições ambientais, mantém relação direta com o bem-estar percebido (BISSOLI; CACHIONI, 2011).

A educação gerontológica, que acontece por meio da capacitação técnica e da formação de pesquisadores tem, assim, a função de oferecer conhecimentos sobre a natureza e concepções de envelhecimento, de desenvolver habilidades imprescindíveis ao profissional para que efetivamente atue sobre as inúmeras demandas do envelhecimento e da velhice. Constitui-se em condição necessária para qualificar as intervenções junto a essa população, para que se possa realizar ações de atenção, cuidado e promoção social junto à população de idosos.

Para além do atendimento, as demandas relativas à criação, no âmbito da formação ao nível de graduação e pós-graduação, de especialidades que visem à formação de profissionais para lidar com idosos, as universidades são convocadas a incluir nos currículos de seus cursos de graduação conteúdos relacionados ao envelhecimento. Estimuladas a formar pesquisadores capazes de produzir maior conhecimento sobre o processo de envelhecimento.

A formação de Cuidador de Idosos tem por objetivo capacitar e instrumentalizar profissionais para cuidar da higiene, conforto e alimentação do idoso, observar possíveis alterações no estado geral e zelar pela integridade física dele, prestar primeiros socorros e promover atividades de entretenimento. Essa formação é destinada a pessoas com mais de 18 anos que tenham Ensino Fundamental completo.

Quando tratamos da formação que capacita profissionais para lidar com idosos, não podemos deixar de nos referir à formação de recursos humanos em gerontologia educacional, incluindo a formação de professores de idosos. Esta é de grande importância não só para o próprio idoso como também para a sociedade, uma vez que traz benefícios e promove mudanças culturais na forma como as pessoas enxergam a velhice. (CACHIONI; NERI, 2004).

4. A FORMAÇÃO DE ATITUDES DE RESPEITO AO IDOSO

Preocupados com vias de inserção social de idosos, Alves e Vianna (2010) investigam a formação de valores e atitudes visando à superação de preconceitos e a aproximação entre gerações. Ao discorrermos sobre as práticas educativas pensadas a partir das preocupações relativas a uma sociedade que envelhece, sobre suas utilizações enquanto estratégia de

inserção social de pessoas idosas, não poderíamos deixar de nos referir àquelas que têm como objetivo a formação de atitudes de respeito aos idosos.

Como o comportamento humano não se dá num vazio, mas em um ambiente social, as atitudes em relação à pessoa idosa podem sofrer influências das ruidosas campanhas identitárias que visam incitar os idosos à atividade intensa. As crianças e jovens interpelados por essas campanhas passariam a aspirar a “avós” que adotassem essa maneira de se conduzir (COSTA, 2008). Assim, suas aspirações decorreriam das influências dos valores próprios de uma sociedade capitalista que por meio de estratégias midiáticas visa reposicionar os idosos no circuito do mercado (COSTA, 2008).

As práticas que objetivam a formação de atitudes de respeito aos idosos, certamente, guardam relação com as destinadas à superação de preconceitos (ALVES; VIANNA, 2010). Estas prevêm a inserção de conteúdos sobre o processo de envelhecimento em currículos dos diferentes níveis de ensino; são destinadas a fazer com que os jovens revejam os seus conceitos sobre a velhice e a prepará-los para uma velhice saudável/ativa.

Sendo a atitude uma “maneira organizada e coerente de pensar, sentir e reagir a um determinado objeto” (BRAGHIROLI; et all 2012, p. 11), o componente cognitivo se constitui em apenas um dos seus três componentes, devendo a este agregarem-se os componentes afetivos (sentimentos) e comportamentais (representados pela tendência de reação da pessoa em relação ao objeto (BRAGHIROLI; et all, 2012); não apenas conceitos, mas também valores se constituem em referências básicas para a intencionalização do agir humano (SEVERINO, 2005).

Nesse sentido, o conhecimento disponibilizado no processo de envelhecimento, socializado por meio das práticas que visam superar os preconceitos e as impressões negativas sobre as pessoas envelhecidas, baseadas em valores próprios de uma sociedade capitalista, incide nas atitudes de crianças e jovens em relação aos idosos.

As informações sobre como conduzir a vida para alcançar uma velhice ativa, por si só, não reverteriam as influências dos valores advindos do capitalismo e as atitudes de desrespeito para com os idosos, não preencheriam as demandas relativas à função social da escola numa sociedade que envelhece. Segundo Yus (1998), influências oriundas da família, da mídia, das amizades nos fazem elaborar um modelo explicativo da realidade, dos

problemas que ela oferece, das decisões sobre como atuar em função destes. O modelo explicativo pode ser modificado por uma intervenção educativa que promova reflexões sobre o que se sabe, o que se pensa e como se atua.

As práticas educativas que visam transformar/harmonizar as relações entre as diferentes gerações devem buscar não apenas o conhecimento sobre o processo de envelhecimento, mas também o desenvolvimento da compreensão da pessoa idosa enquanto ser humano. A compreensão humana “comporta um conhecimento de sujeito a sujeito. [...] o outro não é apenas percebido objetivamente (como na compreensão intelectual), [Envolve] empatia, identificação e projeção, [...] pede abertura, simpatia e generosidade”. (MORIN, 2000, p. 94-95). Requer a superação do egocentrismo, do etnocentrismo e sociocentrismo.

A função social da escola e o papel da educação devem ser ampliados de forma a atender objetivos que requerem a compreensão humana. A formação de atitudes de respeito ao idoso inclui-se nas práticas essenciais para o desenvolvimento contínuo tanto das pessoas como da sociedade, como se prevê para o século XXI uma educação fundada em quatro pilares: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser.

Relacionados com as diferentes formas de conteúdo que possuem um significado além da questão do que ensinar, estas se referem a tudo que precisa ser aprendido para que se possa atingir certos objetivos, ao desenvolvimento das capacidades cognitivas, motoras, afetivas, de relação pessoal e de inserção social (ZABALA, 1998).

A formação de atitudes de respeito ao idoso teria seu lugar quando se buscasse por meio das práticas educativas a descoberta progressiva do outro, o reconhecimento da interdependência dos indivíduos na busca de objetivos comuns (aprender a conviver), o desenvolvimento total da pessoa, espírito e corpo (aprender a ser) (PENIN; VIEIRA, 2002). A aprendizagem de conteúdos atitudinais supõe conhecimento, reflexão sobre modelos, análise e avaliação das normas, tomada de posição e reflexão sobre as próprias atitudes.

Segundo Zabala (1998), na instituição escolar, através das relações construídas a partir das experiências vividas, se estabelecem os vínculos e as condições que definem as concepções pessoais sobre si e sobre os demais. Como propõem Alves e Viana (2010), o respeito ao idoso poderia ser ensejado por meio de práticas educativas que valorizassem o registro da memória e a transmissão de habilidades dos idosos aos mais jovens. No convívio

entre as diferentes gerações, no reconhecimento da história de vida de cada um dos indivíduos, de suas habilidades e necessidades, forjava-se o respeito mútuo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Investigando-se sobre como têm sido utilizadas as práticas educacionais para equalizar o conjunto de problemas relativos ao envelhecimento da população, nos deparamos com legislações e iniciativas que preveem a educação para diferentes fins. Alguns desses fins dizem respeito ao exercício da tutela da pessoa idosa pelo Estado. Nesse sentido, são utilizadas como garantia de direitos, tanto do acesso à educação escolarizada, como às várias formas de educação permanente, enquanto promoção da universalização das diferentes formas de saber. Também utilizadas para a defesa da dignidade e bem-estar dos idosos.

Outrossim, têm sido usadas para modificar a conduta dos idosos, não só orientá-los para viver bem a velhice, mas também para garantir que continuem produzindo, nessa fase da vida. Fazendo com que adéquem as suas habilidades às exigências do mercado de trabalho.

Constituindo-se o envelhecimento da população em fenômeno recente, as práticas educativas são utilizadas para ordenar as relações sociais, especialmente, entre as diferentes gerações. Sendo entendidas como meio de promoção de autonomia, integração e participação ativa de idosos na sociedade, como via de garantia da plena utilização e transmissão dos conhecimentos e vivência dos idosos às demais gerações. Enquanto instrumento para ordenar as relações sociais também são usadas para a desmistificação da senescência, divulgação de informações sobre aspectos biopsicossociais do envelhecimento, para que se possa fazer a diferença entre velhice e doença, eliminar preconceitos e garantir o respeito e valorização do idoso.

No enfrentamento do envelhecimento da população, as práticas educativas são utilizadas para formar e capacitar recursos humanos dedicados ao cuidado dos idosos, à sua saúde e bem-estar.

Prevedendo-se que o envelhecimento da população não é um fenômeno passageiro, as preocupações voltam-se para os idosos do futuro. A educação é utilizada para que se garanta que, desde a infância, se adquira conhecimentos imprescindíveis à vida ativa e plena.

Para além da compreensão intelectual do processo de envelhecimento, apostamos nas práticas que buscam a compreensão da pessoa idosa como ser humano, práticas que visam à formação de atitudes de respeito ao outro, à pessoa idosa. Práticas educativas que favoreçam o envolvimento de indivíduos na busca da descoberta progressiva de si e do outro, que ensejem a reflexão sobre as próprias atitudes.

6. REFERÊNCIAS

ALVES, Vicente Paulo; VIANNA, Lucy Gomes. Políticas públicas para a educação gerontológica na perspectiva da inserção social do idoso: desafios e possibilidades. **Ensaio: Aval.Pol.Publ.Educ.** Vol.18, Rio de Janeiro, 2010.

ARRUDA, Ivan Eduardo de Abreu. **Análise de uma Universidade da terceira Idade no município de Campinas.** Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, 2009: 90f. Disponível em: www.bibliotecadigital.puc.campinas.edu.br. Acesso em: 13 de mar, 2014.

BARBOSA, Flávia Yara Alves; VALE, Marcia Regina Silva do; BOAS, Daniel Siquieroli Vilas. As expectativas profissionais dos alunos universitários na maturidade. **Revista Kairós Gerontologia.** São Paulo, 2009, p. 159-171.

BISSOLI, Paula Giovanna Mesquita; CACHIONI, Meire. Educação Gerontológica: breve intervenção em Centro de Convivência-dia e seus impactos nos profissionais. **Revista Kairós Gerontologia.** 14(4). ISSN 2176-901X. São Paulo (SP), Brasil, setembro, 2011, p. 143-164.

BRAGHIROLI, Elaine Maria; et all. Fundamentos sociológicos do comportamento. In: _____. **Psicologia geral.** 31. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012, p. 66-79.

BRASIL, Lei nº10741 de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso. In: MORAIS, Efraim (Org.). **Estatuto do Idoso e normas correlatas.** Brasília: DF: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2008, p.15-39.

BRASIL, MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE. Portaria 1.395/GM – de 10 de dezembro de 1999 – Política de Saúde do Idoso, que aprova a Política Nacional de Saúde do Idoso.

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. PortariaGM/2528 – de 19 de outubro de 2006. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. Congresso Nacional. Decreto nº 1.948. Regulamenta a Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso e de outras providências. Brasília, 03 de julho de 1996.

BRASIL. **Constituição** 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1994.

BRASIL. Congresso Nacional, Lei nº 8.842. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Brasília, 04 de janeiro de 1994.

CACHIONI, Meire; FALCÃO, Deusivania Vieira da Silva. Velhice e Educação: Possibilidades e benefícios para a qualidade de vida. In: FALCÃO, Deusivânia Vieira da Silva; ARAÚJO, Ludgleydson Fernandes de. **Psicologia do envelhecimento: relações sociais, bem-estar subjetivo e atuação profissional em contextos diferenciados**. 2. ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2011, p. 175-192. (Coleção Velhice e Sociedade).

CACHIONI, M. Educação Gerontológica. In: NERI, A.L. **Palavras-chave em Gerontologia**. 2. ed. Campinas (SP): Alínea, 2008.

CACHIONI, Meire; NERI, Anita Liberalesso. Educação e gerontologia: desafios e oportunidades. **RBCEH - Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano**. Passo Fundo, jan./jun. 2004, p. 99-115.

CACHIONI, M. **Envelhecimento bem-sucedido e participação numa Universidade para a Terceira Idade**: a experiência dos alunos da Universidade São Francisco. Dissertação de mestrado não-publicada, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 1998.

CIELO, Patrícia Fortes Lopes Donzele; VAZ, Elizabete Ribeiro de Carvalho. A Legislação Brasileira e o Idoso. **CEPPG – Nº 21 – 2/2009**. ISSN 1517-8471. p. 33-46. Disponível em: http://www.portalcatalao.com/painel_clientes/cesuc/painel/arquivos/upload/temp/d69c5c83201f5bfe256b30a1bd46cec4.pdf. Acesso em: 14 de Set, 2014.

COSTA, Marisa Vorraber. **Jovens e idosos nas políticas culturais de identidade (II)**. Disponível em <http://www.apagina.pt/arquivo/Arrtigo.asp?ID=3528>. Acesso em 27/10/2008.

DELORS, Jacques (Org). **Educação: Um Tesouro a descobrir**. 2. ed. São Paulo: Cortez. Brasília, DF: MEC: UNESCO, 1999.

DIAS, Suzana Oliveira. **Imagens da velhice**. 2006. Disponível em: www.techway.com.br/techway.revista_idoso;cultura;cultura_suzana.htm. Acesso em: 04 mar. 2014.

MEDEIROS, Almira Lins de. **Governamentalidade, educação e normalização**: as práticas de subjetivação da Universidade Aberta à Maturidade. – Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 276f, 2013.

MORIN, Edgar. Ensinar a compreensão. In: _____. **Os saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.p.93-104.

NERI, Anita. Gerontologia estuda envelhecimento de forma global. **Com Ciência**, 2002. Disponível em: <http://www.comciencia.br/entrevistas/envelhecimento/neri.htm>.

_____; CACHIONI, M. Velhice bem-sucedida e educação. In: NERI, A.L.; DEBERT, G.G. (Orgs.). **Velhice e sociedade**. Campinas: Papyrus, 1999.

NÓBREGA, Carmen Verônica de Almeida Ribeiro. **A alfabetização de adultos e idosos: Novos horizontes**. João Pessoa- PB, 2006. 80f. Disponível em: <http://www.ce.ufpb.br/ppge/Dissertacoes/dissert06/Carmem%20%20Veronica/A%20alfabetiza%E7%E3o%20de%20adultos%20e%20idosos%20novos%20horizontes.pdf>. Acesso em: 07, jul, 2014.

OLIVEIRA, Rita de Cássia; OLIVEIRA, Flávia da Silva. **Universidade Aberta da Terceira Idade: Políticas Públicas para o envelhecimento com qualidade**. 2007, p.1527-1535. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2007/anaisEvento/arquivos/CI-208-01.pdf>. Acesso em: 13 de março de 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Plano de ação internacional sobre o envelhecimento**. 2002/Organização das Nações Unidas. Tradução de Arlene Santos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003 (Série Institucional em Direitos Humanos, v.1).

PENIN, Sonia T. Sousa; VIEIRA, Sonia Lerche. Refletindo sobre a função social da escola. In: VIEIRA, Sonia Lerche. (Org.). **Gestão da escola: desafios a enfrentar**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 13-45.

SCORALICK-LEMPKE, Natália Nunes; BARBOSA, Altemir José Gonçalves. **Educação e envelhecimento: contribuições da perspectiva *Life-Span***. Estud. psicol. (Campinas). vol.29 supl.1. Campinas, Oct./Dec. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 15 de Set de 2014.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Educação e ética no processo de construção da cidadania. In: LOMBARDI, José Claudinei; GOERGEN, Pedro (Orgs.). **Ética e Educação: reflexões filosóficas e históricas**. Campinas, SP: Autores Associados: Histedbr, 2005, p. 137-154.

YUS, Rafael. Estratégias Didáticas para os Temas Transversais. In: _____. **Temas Transversais: em busca de uma nova escola**. Porto Alegre: ArtMed, 1998, p. 167-235.

ZABALA, Antoni. A função social do ensino e a concepção sobre os processos de aprendizagem: instrumento de Análise. In: _____. **A prática Educativa: Como ensinar**. Porto Alegre: ArtMed, 1998, p. 27-52.